

A Europa, as migrações e o cosmopolitismo

Europa, las migraciones y el cosmopolitismo

Europe, migrations, and cosmopolitanism

Octávio Sacramento*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Economia, Sociologia e Gestão
Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento Vila Real, Portugal

Resumo

A reflexão aqui desenvolvida discute os posicionamentos das fronteiras europeias face aos fluxos migratórios externos que as interpelam. É prestada especial atenção à forma como a Europa, através do Acordo de Schengen, estabelece uma conjugação estratégica entre a livre circulação de determinadas categorias de pessoas e a obstrução de muitas outras mobilidades tidas como indesejadas. São ainda consideradas, resumidamente, as políticas de identidade subjacentes à selectividade do espaço Schengen e os seus impactos na construção de um projecto europeu pós-nacional e cosmopolita.

Palavras-chave: Europa, Migrações externas, Fronteiras, Selectividade, Cosmopolitismo.

Resumen

En el análisis esbozado aquí se analizan los posicionamientos de las fronteras europeas en relación con los retos planteados por las migraciones externas. Se presta especial atención a la forma como Europa, a través del Acuerdo de Schengen, establece una combinación estratégica entre la libre circulación de ciertas categorías de personas y el bloqueo de muchas otras movilidades “no deseadas”. Se consideran también, brevemente, las políticas de identidad subyacentes a la selectividad de la zona Schengen y sus impactos en la construcción de un proyecto europeo post-nacional y cosmopolita.

Palabras clave: Europa, Migraciones externas, Fronteras, Selectividad, Cosmopolitismo.

Abstract

The analysis outlined in this paper discusses the attitudes of the European borders in relation to the challenges posed by external migration flows. Special attention is given to the way Europe, through the Schengen Agreement, establishes a strategic combination between the free movement of certain categories of people and the blocking of many other “unwanted” mobilities. At the same time, the paper briefly considers the identity policies underlying the selectivity of the Schengen area and their impact on a post-national and cosmopolitan European project.

Keywords: Europe, External migration, Borders and boundaries, Selectivity, Cosmopolitanism.

Cómo referenciar este artículo: Sacramento, O. (2016). A Europa, as migrações e o cosmopolitismo. *Pensamiento Americano*, 9(17), 19-31.



Recibido: Julio 18 de 2015 • Aceptado: Noviembre 30 de 2015

* Doutoramento em antropologia pelo ISCTE-IUL (Lisboa, Portugal). Professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), investigador integrado do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD-UTAD) e investigador colaborador do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA). As suas principais experiências de investigação incluem trabalho de campo etnográfico sobre prostituição feminina em regiões ibéricas de fronteira; VIH/sida no nordeste português; mobilidades turísticas e migratórias e configurações transnacionais de intimidade euro-brasileiras. octavsac@utad.pt

1. Introdução

Diz-se, frequentemente, que a actualidade é um tempo de mobilidades e conexões à escala planetária. Com esta noção de fluência da vida social contemporânea tende a não ser prestada a devida atenção à economia política da circulação global de pessoas e coisas, esquecendo-se que nem tudo e nem todos vivem num mundo líquido a transbordar de fluidez (Bauman, 2000). O que está a acontecer no Mar Mediterrâneo é prova viva e trágica disso. As fronteiras repressivas da “Europa fortaleza” (Carr, 2012; Linke, 2010), filtrando e restringindo exacerbadamente um vasto contingente de fluxos migratórios externos tidos como indesejados, constituem uma clara evidência de que a relação com o mundo de muitas pessoas pende mais para a imobilidade. A Europa que baixa as suas fronteiras e se mostra acolhedora face a determinadas pessoas e interesses económicos faz precisamente o inverso quando se depara com mobilidades constituídas por cidadãos pobres e/ou pertencentes a minorias étnicas, quase sempre imaginados como uma ameaça à sua harmonia socioeconómica e segurança interna. É esta coexistência paradoxal da liberdade de circulação e da negação dessa mesma liberdade que é debatida no texto, procurando-se evidenciar o impacto profundamente negativo de tal configuração política no necessário processo de construção de uma “Europa cosmopolita”, baseada numa matriz identitária pós-nacional (Beck & Grande, 2007; Delanty, 2005).

Embora assuma um formato relativamente

próximo do ensaio, a análise aqui desenvolvida é empiricamente suscitada e sustentada pela participação do autor em três experiências de pesquisa etnográfica sobre temáticas (detenção de imigrantes *ilegais* em Portugal, prostituição no contexto ibérico, intimidades e mobilidades transatlânticas euro-brasileiras)¹ que, de algum modo, se cruzam com as questões das fronteiras, das mobilidades migratórias e do cosmopolitismo no espaço Europeu. Por outro lado, esta mesma análise retoma e desenvolve algumas discussões iniciadas em trabalhos anteriores (Sacramento & Ribeiro, 2009; Sacramento & Ribeiro, 2011) e segue de perto linhas de reflexão explanadas numa recente comunicação (Sacramento, 2015) sobre o funcionamento da área Schengen de livre circulação intra-europeia e as suas consequências perversas.

2. Controlo e triagem dos fluxos migratórios

Colocada perante as migrações internacionais, a Europa realiza uma gestão profundamente selectiva dos fluxos de pessoas e bens e assume posicionamentos bastante distintos e discricionários: atenua as fronteiras inter-

1 A primeira foi apoiada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, Portugal), a segunda pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT, SAPIENS/99 POCT1/36472/SOC) – ambas coordenadas por Manuela Ribeiro (UTAD) – e a terceira corresponde ao doutoramento do autor do texto, no âmbito do qual beneficiou de uma bolsa de investigação da FCT (SFRH/BD/60862/2009). Importa ainda destacar que o centro no qual o autor desenvolve trabalho como investigador efectivo – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD-UTAD) – é financiado por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projecto nº 006971 (UID/SOC/04011)]; e por Fundos Nacionais através da FCT, no âmbito do projecto UID/SOC/04011/2013.

nas e endurece as fronteiras do seu perímetro externo; aceita a mobilidade de determinados cidadãos e, ao mesmo tempo, faz uma verdadeira guerra sem quartel a todos os outros que não cumprem determinados critérios de admissibilidade, desde logo económicos.² Esta Europa paradoxal tem a sua génese no Acordo de Schengen, que integra actualmente um vasto bloco de 26 países no qual foi abolido o controlo sistemático das fronteiras internas (*de-bordering*).³ Em contrapartida, e tendo em vista reforçar a segurança comum, tem vindo a ser delineada uma estratégia integrada de intensa vigilância do perímetro fronteiriço externo, de endurecimento das políticas migratórias e de sofisticação dos mecanismos de detecção e extradição dos imigrantes considerados ilegais (*re-bordering*).

Neste processo operaram-se profundas mudanças na gestão das fronteiras. Sempre com o objectivo de conseguir-se suficiente flexibi-

lidade e abrangência para a intensificação da sua fiscalização na linha exterior do espaço europeu, a monitorização interna de cidadãos estrangeiros e a dissuasão de potenciais imigrantes nos contextos de origem e de trânsito migratório (Broeders, 2007; Lechevalier & Wielgoths, 2013). A capacidade de repressão e triagem dos cidadãos de países terceiros que procuram aceder aos Estados que integram a área comum instituída por Schengen é cada vez maior. Tal fica a dever-se, sobretudo, à existência de um complexo sistema integrado de vigilância e informação⁴ que se estende, de modo difuso e plástico, para o interior e o exterior do continente europeu. Nesta “Europa panóptica” (Broeders, 2009; Engbersen, 2001), o controlo das migrações tem vindo a tornar-se uma operação virtualmente omnipresente, indo muito para além da gestão e inspecção dos trânsitos nos pontos fronteiriços.

A vertigem securitária tornou-se particularmente intensa após o 11 de Setembro e a espiral de pânico social em torno do terrorismo que, a partir daí, começou a ganhar forma. O risco terrorista, amiúde explorado de forma exacerbada, foi (e continua a ser) o grande eixo impulsor e legitimador de políticas migratórias mais restritivas, sob o pretexto de uma Europa mais segura (Karyotis, 2007). Subjacente à generalidade destas políticas es-

2 A dupla face das políticas migratórias europeias está bem patente no binómio *borderless Europe* (Europa sem fronteiras) – *fortress Europe* (Europa fortaleza). Vejam-se, entre outros, Houtum & Pijpers (2007), Maas (2005) e Rumford (2007).

3 O Acordo de Schengen foi celebrado em 1985 e incorporado no quadro da União Europeia (UE), através do Tratado de Amesterdão, em 1997, sendo então estabelecida a chamada *Area of Freedom, Security and Justice* entre vários Estados europeus. Actualmente, os países que fazem parte da chamada *Schengenland* são os seguintes: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Polónia, Portugal, Suécia, Suíça e República Checa. Alguns países da UE (Bulgária, Chipre, Croácia, Irlanda e Reino Unido) não são membros do espaço Schengen, enquanto outros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça) não integram a UE, mas fazem parte desta área de livre trânsito (UE, s. d.). Para um conhecimento mais detalhado da história de Schengen e das suas instituições, princípios e funcionamento, vejam-se, por exemplo, Bacas & Kavanagh (2013) e Zaiotti (2011).

4 Destacam-se aqui a Agência Europeia de Fronteiras (Frontex) e uma complexa estrutura de informações, onde assumem especial relevância quatro grandes sistemas de cadastro e monitorização: o Sistema de Informação Schengen (SIS II), o sistema de impressões digitais *European Dactyloscope* (Eurodac), o Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) e o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (Eurosur).

tão representações sociais fantásticas em que os imigrantes pobres do Sul tendem a ser apresentados como perigosas ameaças à segurança e aos valores europeus (Anderson, 2013; Saux, 2007). Deste modo, associa-se, frequentemente, a luta contra o terrorismo e a promoção da segurança interna à repressão da imigração: “‘irregular immigration’ is being subsumed into a European legal setting that treats it as a crime and a risk against which administrative practices legitimised” (Guild, Carrera & Balzacq, 2008, p.4). A criminalização dos imigrantes e a transformação do continente europeu numa geografia securitária está bem patente na lógica de defesa e combate que impera nos discursos e nas práticas face às migrações, bem como no recurso excessivo à detenção dos imigrantes em situação irregular para posterior extradição (Giorgi, 2010; Leerkes & Broeders, 2010; Ribeiro, Baptista, Ribeiro & Sacramento, 2007; Turnbull, 2015).

Neste quadro de hiper-vigilância das fronteiras e dos fluxos, a Europa sob o resguardo de Schengen funciona de forma particularmente selectiva, dispondo-se mais acolhedora ou mais restritiva em função da orientação geográfica (Norte/Sul) dos trânsitos, do género dos migrantes, dos tipos de mobilidade (v.g. turística ou migratória; de pessoas ou de capital) e/ou do perfil social ou simbólico dos sujeitos. As suas fronteiras não se apresentam de igual modo para todas as pessoas, nem são por elas experienciadas da mesma forma, configurando, assim, um *cosmopolitan paradox*, como destaca Rumford (2007, p.337): “the same bor-

der can be experienced in different ways by different sections of the population (in the sense that some people find it easier to cross a border than others) for whom the border then does not appear cosmopolitan at all”. Certamente que um turista ou um homem de negócios, sobretudo se provenientes de países bem cotados no cenário geopolítico global, não terão os mesmos problemas em transpor as fronteiras europeias, nem viverão com o mesmo pavor a experiência, que uma mulher migrante pouco qualificada da periferia mundial. De um modo geral, as fronteiras relacionam-se de forma distinta com os “regimes de mobilidade” (Schiller & Salazar, 2013) do turismo e das migrações: a mobilidade turística é desejada e as fronteiras desvanecem-se, enquanto que os movimentos migratórios tendem a ser vistos como factor de instabilidade e potencial ameaça e, por isso, são sujeitos a escrutínios e constrangimentos cerrados.

Erguidas como obstáculos quase intransponíveis para cidadãos pobres, as fronteiras são, ao mesmo tempo, dissipadas para os cidadãos de nacionalidades e classes mais privilegiadas, e para interesses económicos que, em muitos casos, põem em causa a própria soberania dos Estados (Alvarez, 1995; Weber, 2009). A sua permeabilidade selectiva – tal qual uma membrana que identifica, classifica, filtra e só deixa passar o que quer e quem quer – expressa profundas assimetrias materiais e simbólicas que estabelecem hierarquias nas mobilidades, conexões e cidadanias à escala transnacional (Anderson, 2013; Cunningham & Heyman,

2004; Kearney, 2004; Sarró & Mapril, 2011). Foi possível testemunhar em primeira mão estas hierarquias globais no trabalho de campo etnográfico sobre mobilidades e configurações de intimidade entre homens europeus e mulheres brasileiras (Sacramento, 2014). Os homens europeus que vão passar as suas férias ao Brasil encontram um país que os deseja (acima de tudo enquanto portadores de capital e, por isso, potenciais consumidores) e lhes abre completamente as portas. Em sentido inverso, as mulheres que com eles se relacionam e que procuram entrar na Europa são confrontadas com uma autêntica fortaleza que a muito custo as deixa passar, ainda que delas precise como força de trabalho barata e multi-funcional, sobretudo para assumir tarefas tradicionalmente femininas que as mulheres ocidentais, tendo entrado no mercado laboral, deixam de ter possibilidade de realizar (Ambrosini, 2006; Boccagni, 2011; Ehrenreich & Hochschild, 2002).

Considerados em conjunto, os fluxos turísticos e migratórios exprimem os contrastes induzidos pela permeabilidade selectiva das fronteiras europeias e da generalidade das fronteiras nacionais dos países ricos, num jogo ambíguo de abertura e fechamento que condiciona o volume e a composição dos diferentes fluxos que as interceptam. Há uma clara dimensão de economia política que é fundamental ter sempre presente na reflexão sobre a mobilidade: “ela não é neutra e revela formas de poder, controle, monitoramento e vigilância, devendo ser lida como potência e performan-

ce. [...] esta potência varia de acordo com o indivíduo ou grupo social, segundo estruturas de poder” (Lemos, 2009, p.29). Para Werbner (1999), esta reflexão política das mobilidades esbate-se nas metáforas da fluidez, do hibridismo e da dupla consciência,⁵ que considera artefactos intelectuais elitistas dissociados das dificuldades e preocupações das classes trabalhadoras migrantes. Importa não esquecer que grande parte das pessoas integra as “massas sedentárias”, pelo que as metáforas de um mundo em movimento, como destaca Friedman (2002), são manifestamente exageradas.

3. Fronteiras identitárias e cosmopolitismo

A relação da Europa com as migrações assenta num sistema de qualificação, classificação e selecção dos trânsitos, e na coexistência da liberdade de circulação com a restrição à mobilidade. Neste sistema, uns estão em constante movimento enquanto que muitos outros vivem o movimento apenas na imaginação e no sonho, relacionando-se com os lugares que mais desejam somente por via das imagens do espaço mediático e da sua própria imaginação geográfica (Appadurai, 1996; Salazar, 2010, 2011). Noções como as de *gated globe* (Cunningham, 2004) para o cenário mundial, ou de *gated continent* (Carr, 2012) para o contexto europeu, traduzem de forma assertiva a natureza discriminatória de muitas fronteiras. Por via da discriminação, as fronteiras político-admi-

5 Metáforas que remetem para um mundo pós-nacional, *in motion*, cosmopolita e ecuménico (Bauman, 2000; Elliott & Urry, 2010; Hannerz, 1997; Inda & Rosaldo, 2002).

nistrativas de delimitação territorial (*borders*) funcionam também como fronteiras de identidade (*boundaries*) (Fassin, 2011, pp.214-215), estabelecendo uma vincada demarcação entre diferentes perfis socioculturais, sendo que apenas os migrantes com alguma afluência económica e/ou estatuto social e cuja pertença étnica não seja associada aos estereótipos da ameaça são habilitados a movimentar-se sem grandes constrangimentos. A Europa ostensivamente hiper-vigilante e selectiva funciona, deste modo, como uma autêntica “fábrica de exclusão” (Engbersen, 2001; Linke, 2010) face a um “outro” racializado que é percebido sobretudo como fonte de poluição identitária e perigo:

Europeanness is contrasted with the enemy-outsider: the anti-citizen, the fleeting figure of the terrorist, the border crosser, the non-sedentary black body. The figure of the enemy-outsider has emerged as a trope for people in motion, including migrants, immigrants, refugees, seekers of asylum and transient border-subjects, who are perceived as potential threats to “homeland” mobile security. Human figures are criminalized as icons of global instability and disorder. In Europe’s imaginative geography, such frictions are articulated through the idiom of race; the home world, populated by white citizen-subjects, is to be protected from those dark others, the mass of “immigrants” and/or “illegals” (Linke, 2010, p.116).

A estigmatização e a exclusão consideravelmente disseminadas constituem, assim, duas

das consequências mais imediatas dos posicionamentos políticos que dominam a gestão das migrações e o funcionamento das fronteiras europeias. Isto é visível, desde logo, no modo mais ou menos subtil como as comunidades de imigrantes tendem a ser transformadas em bode expiatório de problemas vários, nomeadamente no âmbito económico e da segurança (Fekete, 2004; Gorodzeisky & Semyonov, 2009; Vertovec, 2011). As representações e os rótulos mais usados para fazer referência à imigração reflectem quase sempre esta orientação. A usual utilização de terminologias geradoras de receios (*v.g. ilegais*) e de metáforas de guerra (*v.g. a luta contra, o combate, a defesa*) promovem a associação identitária dos imigrantes ao perigo, à desordem e à criminalidade, o que acaba por suscitar suspeição generalizada e fomentar fortes tensões e fronteiras sociais (Balzacq & Carrera, 2006; Bauman, 2005; Sohoni & Sohoni, 2014). Ao mesmo tempo que se fomenta a estigmatização e o pânico social em redor da imigração, as autoridades europeias adoptam estratégias repressivas (*v.g. securitização exacerbada das fronteiras, endurecimento das políticas migratórias e critérios de admissibilidade cada vez mais restritivos*) que são elas próprias as principais causas de muitos dos problemas (*v.g. tráfico de seres humanos*) que se querem enfrentar e de muitas outras consequências perversas (Bommes & Sciortino, 2011; Sacramento & Ribeiro, 2011).

A produção generalizada de exclusões na esfera das migrações parece ser ideologicamente impulsionada por políticas de identidade

subjugadas ao desígnio de manter, e se possível reforçar, as inúmeras fronteiras (v.g. político-administrativas, étnicas, de pobreza) de um mundo organizado de forma profundamente desigual. O objectivo primordial é bloquear a constituição de *ethnoscapes* (Appadurai, 1996) tidos como indesejados. A profusão de campos e centros de detenção de imigrantes para extradição – existentes um pouco por todo o espaço europeu e nos países vizinhos, sendo que os de maiores dimensões se localizam na fronteira sul, na orla mediterrânica –⁶ são o exemplo mais violento dos processos de exclusão que recaem sobre os indivíduos que personificam a negação das disposições ideológicas das políticas identitárias dominantes. Este *encampment* (Harrell-Bond, 2002) constitui de forma particularmente cruel e paradigmática a condição de *atopos* dos imigrantes: sem lugar, deslocados e inclassificáveis (Bourdieu, 1998); enfim, “refugo humano” da globalização (Bauman, 2005). Subjacente parece estar a noção de que o mundo só será mais seguro e estável se forem eliminadas ou, pelo menos, controladas as situações que poderão diluir e complexificar o ordenamento das fronteiras que regulam as identidades e as desigualdades (Amoore, 2006). Ao mesmo tempo, transparece uma concepção culturalista das culturas imigrantes como supostas ameaças a uma cultura nacional imaginada como unitária, homogénea e estática (Vertovec, 2011).

6 Veja-se o observatório de fronteiras Migreurop (2012), nomeadamente a sua carta de localização dos principais centros de detenção.

O carácter repressivo das políticas migratórias europeias – que também são, implicitamente, políticas identitárias e culturais – configura uma tendência paroquial de fechamento à diversidade. São negadas a abertura ao mundo e a inclusividade, características fundamentais do cosmopolitismo (Schiller, Darieva & Gruner-Domic, 2011; Skey, 2012; Skrbiš & Woodward, 2007) enquanto projecto humanista de coexistência e partilha das diferenças em espaços sociais comuns de construção de uma cidadania sem fronteiras.⁷ Além das exacerbadas questões de segurança, esta negação tende a ser justificada através do argumento de que uma maior abertura implicaria a completa erosão das identidades locais e nacionais. Negligencia-se aqui o facto de o cosmopolitismo não ser, de todo, um pólo de eventuais dicotomias e não implicar a renúncia aos laços identitários de escala local e nacional (Beck & Grande, 2007; Delanty, 2005). Neste sentido, Appiah (citado por Hannerz, 2007, p.79) fala-nos de *rooted cosmopolitanism*, também apelidado de *cosmopolitan patriotism*, como possibilidade de uma configuração global “[...] in which everyone is a rooted cosmopolitan, attached to a home of his or her own, with its own cultural particularities, but taking pleasure from the presence of other, different, places that are home to other, different, people”. É justamente esta simultaneidade inclusiva de particularidades culturais

7 Como lembra Kleingeld (2013), o termo “cosmopolita” deriva da palavra grega “cidadão do mundo” (*κοσμοπολίτης*), pelo que o cosmopolitismo deverá ser considerado como um conceito centrado na noção de cidadania global, seja em sentido literal (cosmopolitismo político) ou em sentido metafórico (cosmopolitismo moral ou cultural).

conviventes que o cosmopolitismo pressupõe.⁸ Para tal é imprescindível o (re)conhecimento efectivo e a valoração positiva das diferenças, sem lógicas dicotómicas de exclusão recíproca, sem fantasmas ou medos face ao “outro”, sem hierarquias ou processos de dissolução (ou assimilação), como é apontado por Beck & Grande (2007) na defesa da imperativa necessidade de uma Europa cosmopolita:

[...] *recognition of difference* becomes the maxim of thought, social life and practice, both internally and towards other societies. It neither orders differences hierarchically nor dissolves them, but accepts them as such, indeed invests them with a positive value. Cosmopolitanism affirms what is excluded both by hierarchical difference and by universal equality, namely, perceiving others as different *and* at the same time as equal. Whereas universalism and nationalism (and premodern, essentialistic particularism) are based on the principle of ‘either/or’, cosmopolitanism rests on the ‘both/and’ principle. The foreign is not experienced and assessed as dangerous, disintegrating and fragmenting but as enriching. [...] Those who integrate the perspective of others into their own lives learn more about themselves *as well as* about other (p.13).

Difícilmente a Europa caminhará no sentido deste cosmopolitismo com uma abordagem

8 Até de um ponto de vista mais pragmático, relacionado, por exemplo, com a gestão dos riscos globais, esta convivência cosmopolita é essencial (Beck, 2011).

às migrações assente na impiedosa selecção fronteiriça e no fortalecimento de dispositivos securitários, visando, ainda a montante, inibir ou bloquear potenciais projectos migratórios (Nieuwenhuys & Pécoud, 2007), e a jusante a extradição daquelas pessoas que, tendo atravessado o perímetro externo do continente, são identificadas como *ilegais*. Difícilmente a Europa o conseguirá, também, enquanto largos milhares de migrantes vejam a cidadania suspensa em campos de detenção; enquanto permaneça o cenário de caos humanitário e de morte na sua fronteira sul, no Mediterrâneo⁹; e enquanto persista o legado colonial de “cidadãos e súbditos” (Sarró & Mapril, 2011) a enquadrar o seu posicionamento face ao outro imigrante, inclusive em relação aquele já instalado no seu território, de quem tanto precisa¹⁰ e que tanto tem contribuído para a sua prosperidade.

4. Considerações finais

A Europa da livre circulação instituída pelo Acordo de Schengen é uma construção política transnacional eminentemente securitária e selectiva. Invocando valores como os da “Liberdade, Segurança e Justiça” tem vindo a evacuar barreiras aduaneiras aos fluxos internos, ao mesmo tempo que intensifica o controlo do perímetro externo do espaço co-

9 No primeiro semestre de 2015 morreram cerca de 1800 imigrantes na travessia do Mar Mediterrâneo (UNHCR, 2015). Em 2014 morreram 3072 pessoas e, desde o ano de 2000, mais de 22400 (Brian & Laczko, 2014).

10 Desde logo para sectores de actividade com carência de mão-de-obra, para melhor lidar com o despovoamento de alguns dos seus territórios e para se rejuvenescer demograficamente.

num e implementa dispositivos digitais para uma vigilância cerrada das mobilidades. Em função de critérios de cariz economicista e por alegadas razões de segurança e identidade é estabelecida uma apertada selecção entre quem é bem-vindo e quem é indesejado; entre quem é reconhecido como (potencial) cidadão e quem é rotulado como *ilegal*. Procura-se bloquear os projectos de mobilidade protagonizados por sujeitos destituídos de capital e de privilégios e, por outro lado, portadores de uma alteridade cultural com a qual a Europa não se sente confortável. As fronteiras políticas funcionam, assim, como factores de reforço de fronteiras económicas, étnicas e culturais, em função das quais se estabelecem exclusões e hierarquias sociais. Neste cenário emergem demarcações físicas, simbólicas e identitárias que ameaçam seriamente direitos humanos básicos e comprometem o projecto comunitário de uma Europa cosmopolita, alicerçada na dialogia da pluralidade cultural e em permanente renovação por via das alteridades que vai acolhendo. Enfim, uma Europa que possa, de facto, vir a construir-se em torno de fluências e confluências, avessa a hierarquias e privilégios, sensível à condição de humanidade globalmente partilhada e paradigmática do preceito moral e filosófico do mundo como o lugar de todos os cidadãos.

Bibliografia

- Alvarez, R. (1995). The Mexican-US border: the making of an anthropology of borderlands. *Annual Review of Anthropology*, 24, 447-470.
- Ambrosini, M. (2006). Dentro il welfare invisibile: aiutanti domiciliari immigrate e assistenza agli anziani. *Aggiornamenti Sociali*, 6(57), 476-488.
- Amoore, L. (2006). Biometric borders: governing mobilities in the war on terror. *Political Geography*, 25(3), 336-351.
- Anderson, B. (2013). *Us and them? The dangerous politics of immigration control*. Oxford: Oxford University Press.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Bacas, J. & Kavanagh, W. (Eds.) (2013). *Border encounters: asymmetry and proximity at Europe's frontiers*. Oxford: Berghahn Books.
- Balzacq, T. & Carrera, S. (Eds.) (2006). *Security versus freedom? A challenge for Europe's future*. Aldershot: Ashgate.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beck, U. & Grande, E. (2007). *Cosmopolitan Europe*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (2011). Cosmopolitanism as imagined communities of global risk. *American Behavioral Scientist*, 55(10), 1346-1361.
- Boccagni, P. (2011). Il retroscena del lavoro domestico. Percorsi etnografici nelle catene globali di cura. *Etnografia e Ricerca Qualitativa*, 3, 459-468.
- Bommes, M. & Sciortino, G. (Ed.) (2011). *Foggy social structures: irregular migration, European labour markets and the Welfa-*

- re State*. Amsterdão: Amsterdam University Press.
- Bourdieu, P. (1998). Um analista do inconsciente. Em A. Sayad, *A imigração ou os paradoxos da alteridade* (pp. 9-12). São Paulo: EDUSP.
- Brian, T. & Laczko, F. (2014). *Fatal journeys: tracking lives lost during migration*. Geneva: International Organization for Migration.
- Broeders, D. (2007). The new digital borders of Europe: EU databases and the surveillance of irregular migrants. *International Sociology*, 22(1), 71-92.
- Broeders, D. (2009). Tracing, identifying and sorting: the role of EU migration databases in the internal control on irregular migrants. Em H. Fassmann, M. Haller & D. Lane (Eds.), *Migration and mobility in Europe: trends, patterns and control* (pp. 249-271). Cheltenham e Northampton: Edward Elgar Publishing.
- Carr, M. (2012). *Fortress Europe: dispatches from a gated continent*. Nova Iorque: The New Press.
- Cunningham, H. (2004). Nations rebound?: crossing borders in a gated globe. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 11(3), 329-350.
- Cunningham, H. & Heyman, J. (2004). Introduction: mobilities and enclosures at borders. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 11(3), 289-302.
- Delanty, G. (2005). The idea of a cosmopolitan Europe: on the cultural significance of Europeanization. *International Review of Sociology*, 15(3), 405-421.
- Ehrenreich, B. & Hochschild, A. (Eds.) (2002). *Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy*. Nova Iorque: Metropolitan Books.
- Elliott, A. & Urry, J. (2010). *Mobile lives*. Londres: Routledge.
- Engbersen, G. (2001). The unanticipated consequences of panopticon Europe. Residence strategies of illegal immigrants. Em V. Guiraudon & C. Joppke (Eds.), *Controlling a new migration world* (pp. 222-246). Londres: Routledge.
- Fassin, D. (2011). Policing borders, producing boundaries. The governmentality of immigration in dark times. *Annual Review of Anthropology*, 40, 213-226.
- Fekete, L. (2004). Anti-Muslim racism and the European security state. *Race & Class*, 46(1), 3-29.
- Friedman, J. (2002). From roots to routes. Tropes for trippers. *Anthropological Theory*, 2(1), 21-36.
- Giorgi, A. (2010). Immigration control, postfordism, and less eligibility: a materialist critique of the criminalization of immigration across Europe. *Punishment & Society*, 12(2), 147-167.
- Gorodzeisky, A. & Semyonov, M. (2009). Terms of exclusion: public views towards admission and allocation of rights to immigrants in European countries. *Ethnic and Racial Studies*, 32(3), 401-423.
- Guild, E., Carrera, S. & Balzacq, T. (2008). The changing dynamics of security in an enlarged European Union. *CEPS Research Paper*, 12, Bruxelas: CEPS.

- Hannerz, U. (1997). Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, 3(1), 7-39.
- Hannerz, U. (2007). Cosmopolitanism. Em D. Nugent & J. Vincent (Eds.), *A companion to the anthropology of politics* (pp. 69-85). Oxford: Blackwell.
- Harrell-Bond, B. (2002). Can humanitarian work with refugees be humane? *Human Rights Quarterly*, 24(1), 51-85.
- Houtum, H. & Pijpers, R. (2007). The European Union as a gated community: the two-faced border and immigration regime of the EU. *Antipode*, 39(2), 291-309.
- Inda, J. & Rosaldo, R. (2002). Introduction: a world in motion. Em J. Inda & R. Rosaldo (Eds.), *The anthropology of globalization: a reader* (pp. 1-34). Oxford: Blackwell.
- Karyotis, G. (2007). European migration policy in the aftermath of September 11. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 20(1), 1-17.
- Kearney, M. (2004). The classifying and value-filtering missions of borders. *Anthropological Theory*, 4(2), 131-156.
- Kleingeld, P. (2013). Cosmopolitanism. Em H. LaFollette, J. Deigh & S. Stroud (Eds.), *International encyclopedia of ethics* (pp. 1134-1144). Oxford: Wiley-Blackwell.
- Lechevalier, A. & Wielgohs, J. (Eds.) (2013). *Borders and border regions in Europe: changes, challenges and chances*. Bielefeld: Transcript.
- Leerkes, A. & Broeders, D. (2010). A case of mixed motives? Formal and informal functions of administrative immigration detention. *British Journal of Criminology*, 50(5), 830-850.
- Lemos, A. (2009). Cultura da mobilidade. *Revista Famecos*, 40, 28-35.
- Linke, U. (2010). Fortress Europe: globalization, militarization and the policing of interior borderlands. *Topia-Canadian Journal of Cultural Studies*, 23-24, 100-120.
- Maas, W. (2005). Freedom of movement within 'Fortress Europe'. Em E. Zureik & M. Salter (Eds.), *Global surveillance and policing: borders, security, identity* (pp.233-246). Devon: Willan Publishing.
- Migreurop (2012). The principal spaces of detention [online]. Disponível em: <http://www.migreurop.org/IMG/pdf/CarreAtlas_Migreurop_8012013_Version_anglaise_version_web.pdf> (acesso em 15/04/2015).
- Nieuwenhuys, C. & Pécoud, A. (2007). Human trafficking, information campaigns, and strategies of migration control. *American Behavioral Scientist*, 50(12), 1674-1695.
- Ribeiro, M., Baptista, A., Ribeiro, F. B. & Sacramento, O. (2007). *UHSA: a experiência portuguesa da instalação temporária de imigrantes*. Lisboa: SEF.
- Rumford, C. (2007). Does Europe have cosmopolitan borders? *Globalizations*, 4(3), 327-339.
- Sacramento, O. & Ribeiro, F. B. (2009). Procurando entrar na fortaleza da terra prometida: translocalização da intimidade

- e mobilidade migratória feminina do Nordeste brasileiro para a Europa (pp. 1209-1217). Em *Proceedings of the X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Braga: Universidade do Minho.
- Sacramento, O. & Ribeiro, M. (2011). Vidas embargadas: a institucionalização temporária de estrangeiros *ilegais* em Portugal no contexto das actuais políticas de imigração. Em P. Silva, O. Sacramento & J. Portela (Eds.), *Etnografia e intervenção social: por uma praxis reflexiva* (pp. 141-172). Lisboa: Colibri.
- Sacramento, O. (2014). *Atlântico passionai: mobilidades e configurações transnacionais de intimidade euro-brasileiras*. Lisboa: ISCTE-IUL (tese de doutoramento).
- Sacramento, O. (2015). Schengen e a obsessão securitária: cidadania selectiva, exclusão social e a ironia do controlo. International Conference *Schengen: people, borders and mobility*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL, 15-16 de Junho.
- Salazar, N. (2010). Tanzanian migration imaginaries [online]. University of Oxford, International Migration Institute (pp. 1-29). Disponível em: <<http://www.imi.ox.ac.uk/publications/wp-20-10>> (acesso em 13-07-2015).
- Salazar, N. (2011). The power of imagination in transnational mobilities. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 18(6), 576-598.
- Sarró, R. & Mapril, J. (2011). ‘Cidadãos e súbditos’: imigração, cidadania e o legado colonial na Europa contemporânea. *Revista Migrações*, 8, 27-34.
- Saux, M. (2007). Immigration and terrorism: a constructed connection. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 13(1-2), 57-72.
- Schiller, N., Darieva, T. & Gruner-Domic, S. (2011). Defining cosmopolitan sociability in a transnational age. An introduction. *Ethnic and Racial Studies*, 34(3), 399-418.
- Schiller, N. & Salazar, N. (2013). Regimes of mobility across the globe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(2), 183-200.
- Skey, M. (2012). We need to talk about cosmopolitanism: the challenge of studying openness towards other people. *Cultural Sociology*, 6(4), 471-487.
- Skrbiš, Z. & Woodward, I. (2007). The ambivalence of ordinary cosmopolitanism: investigating the limits of cosmopolitan openness. *The Sociological Review*, 55(4), 730-747.
- Sohoni, D. & Sohoni, T. (2014). Perceptions of immigrant criminality: crime and social boundaries. *The Sociological Quarterly*, 55(1), 49-71.
- Turnbull, S. (2015). ‘Stuck in the middle’: waiting and uncertainty in immigration detention [online]. *Time & Society*, online before print, 1-19. Disponível em: <<http://tas.sagepub.com/content/early/2015/09/08/0961463X15604518.full.pdf>> (acesso em 7/12/2015).

- UNHCR (2015). Mediterranean crisis 2015 at six months: refugee and migrant numbers highest on record [online]. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5592b9b36.html>> (acesso em 13/07/2015).
- UE (s.d). Europa sem fronteiras: o Espaço Schengen [online]. Disponível em: <http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf> (acesso em 18/07/2015).
- Vertovec, S. (2011). The cultural politics of nation and migration. *Annual Review of Anthropology*, 40, 241-256.
- Weber, S. (2009). D'un rideau de fer à l'autre: Schengen et la discrimination dans l'accès à la mobilité migratoire. *Géocarrefour*, 84(3), 163-171.
- Werbner, P. (1999). Global pathways. Working class cosmopolitans and the creation of transnational ethnic worlds. *Social Anthropology*, 7(1), 17-35.
- Zaiotti, R. (2011). *Cultures of border control: Schengen and the evolution of European frontiers*. Chicago: University of Chicago Press.